

30 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO

Termo de Referência 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	160206-30 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO	EDUARDO SPERANDIO	30/04/2026 11:53 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	22/2026	65313.000558/2026-54

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futuras contratações de pessoas jurídicas com instalações, equipamentos e materiais necessários para prestação de serviços de manutenção, em regime de hora técnica, das viaturas pertencentes ao 30º Batalhão de Infantaria Mecanizado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COD CATSER	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, TESTES E CORREÇÃO DOS ALTERNADORES DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5851	HORA	25	R\$ 304,33	R\$ 7.608,25
2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, TESTES E CORREÇÃO DOS MOTORES DE PARTIDAS DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX(Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5851	HORA	25	R\$ 304,33	R\$ 7.608,25
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, TESTES E CORREÇÃO DOS CHICOTES ELÉTRICOS E					

3	CENTRAIS ELETRÔNICAS DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5851	HORA	25	R\$ 304,33	R\$ 7.608,25
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, TESTES E CORREÇÃO DOS FARÓIS E LANTERNAS E ACESSÓRIOS DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5851	HORA	15	R\$ 304,33	R\$ 4.564,95
5	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, TESTES E CORREÇÃO DOS PAINÉIS DE INSTRUMENTOS DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5851	HORA	15	R\$ 304,33	R\$ 4.564,95
6	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, TESTES E CORREÇÃO DAS BOMBAS DE COMBUSTÍVEIS ELÉTRICAS E BOMBAS D'ÁGUA DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5851	HORA	15	R\$ 304,33	R\$ 4.564,95
7	SERVIÇO DE LIMPEZA DE BICOS INJETORES DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	18678	HORA	15	R\$ 304,33	R\$ 4.564,95
8	SERVIÇO DE TESTES E CORREÇÕES DO SISTEMA DE IGNIÇÃO E SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN	18678	HORA	15	R\$ 304,33	R\$ 4.564,95

	VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)					
9	SERVIÇO DE TESTES, REGULAGEM E CORREÇÃO DO SISTEMA DE LUBRIFICAÇÃO (BOMBA DE ÓLEO E MANÔMETROS) DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5860	HORA	15	R\$ 304,33	R\$ 4.564,95
10	SERVIÇO DE RETIRADA DE VAZAMENTOS E RETÍFICA DO MOTOR DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5860	HORA	15	R\$ 307,66	R\$ 4.614,90
11	SERVIÇO DE CONserto DE RADIADOR DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5860	HORA	15	R\$ 307,66	R\$ 4.614,90
12	SERVIÇOS DE GEOMETRIA VEICULAR COMPLETA (ALINHAMENTO, CÁSTER E CÂMBAGEM) E BALANCEAMENTO DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	18201	HORA	30	R\$ 204,33	R\$ 6.129,90
13	SERVIÇOS DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO COM TESTES E REPARAÇÕES DO COMPRESSOR, DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX,	18619	HORA	20	R\$ 307,66	R\$ 6.153,20

	FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX, VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)					
14	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ALARMES E TRAVAS DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5851	HORA	20	R\$ 304,33	R\$ 6.086,60
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM VIDRO ELÉTRICO E INSTALAÇÃO DE PARA-BRISA DOS VEÍCULOS FORD, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5851	HORA	20	R\$ 304,33	R\$ 6.086,60
16	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE EMBREAGEM E COMPONENTES DOS VEÍCULOS FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX, NISSAN VERSA 1.6 FLEX, NISSAN FRONTIER FIAT GRAND SIENA 1.6 FLEX, FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	18163	HORA	40	R\$ 304,33	R\$ 12.173,20
17	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, TESTES E CORREÇÃO DOS ALTERNADORES DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO	5843	HORA	40	R\$ 307,66	R\$ 12.306,40

	GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)					
18	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, TESTES E CORREÇÃO DOS MOTORES DE PARTIDAS DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS;	3565	HORA	40	R\$ 317,66	R\$ 12.706,40

	CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)					
19	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, TESTES E CORREÇÃO DOS CHICOTES ELÉTRICOS E CENTRAIS ELETRÔNICAS DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5843	HORA	40	R\$ 337,66	R\$ 13.506,40
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, TESTES E CORREÇÃO DOS FARÓIS E LANTERNAS E ACESSÓRIOS DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD					

20	F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5843	HORA	40	R\$ 337,66	R\$ 13.506,40
21	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, TESTES E CORREÇÃO DOS PAINÉIS DE INSTRUMENTOS DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA	5843	HORA	40	R\$ 337,66	R\$ 13.506,40

	TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)					
22	SERVIÇO DE LIMPEZA DE BICOS INJETORES DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5878	HORA	30	R\$ 367,66	R\$ 11.029,80
	SERVIÇO DE TESTES REGULAGEM E CORREÇÃO DO SISTEMA DE LUBRIFICAÇÃO (BOMBA DE ÓLEO E MANÔMETROS) DOS					

23	<p>VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)</p>	5878	HORA	40	R\$ 337,66	R\$ 13.506,40
	<p>SERVIÇO DE RETIRADA DE VAZAMENTOS E RETÍFICA DO MOTOR DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW</p>					

24	MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5878	HORA	40	R\$ 337,66	R\$ 13.506,40
25	SERVIÇOS DE GEOMETRIA COMPLETA (ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CAMBAGEM E CÁSTER) DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO	18210	HORA	40	R\$ 204,33	R\$ 8.173,20

	REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)					
26	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA CAIXA DE MARCHA DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	22853	HORA	40	R\$ 367,66	R\$ 14.706,40
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E RETÍFICA DA CAIXA DE TRANSMISSÃO MÚLTIPLA (CTM) DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX,					

27	<p>AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)</p>	22853	HORA	40	R\$ 367,66	R\$ 14.706,40
28	<p>SERVIÇO DE ARQUEAMENTO DE FEIXE DE MOLAS (SUSPENSÃO COMPLETA) DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO</p>	18210	HORA	30	R\$ 367,66	R\$ 11.029,80

	ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)					
29	SERVIÇO DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE CARDAN DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	5878	HORA	30	R\$ 367,66	R\$ 11.029,80
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE EMBREAGEM COMPLETO DOS VEÍCULOS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER,					

30	VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	18163	HORA	40	R\$ 367,66	R\$ 14.706,40
31	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CORREÇÃO DE FALHAS DO MÓDULO DE INJEÇÃO COM GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DAS VIATURAS VAN AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ SPRINTER, VAN CITROEN JUMPER MINIBUS; CHEVROLET TRAILBLAZER, NISSAN FRONTIER, FORD RANGER, TOYOTA BANDEIRANTE, AMBULÂNCIA TOYOTA HILUX, AMBULÂNCIA FORD F4000, LAND ROVER DEFENDER 90, AGRALE MARRUÁ AM 20 E AM 21, VW 15-210 WORKER 4X4, MBB 1725 ATEGO 4X4, MBB 1720 4X4, FORD CARGO 2629, VW 13-180 8 TON, ÔNIBUS VW 18-320 E	3565	HORA	40	R\$ 374,33	R\$ 14.973,20

	ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDI ON, VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)					
32	SERVIÇO DE REVISÃO DE 70.000 km DO FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX. SERVIÇO COM APLICAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS MÍNIMOS, REALIZADO POR CONCESSIONÁRIA DA FABRICANTE DO VEÍCULO, A FIM DE MANTER A GARANTIA DA VIATURA	25216	UNI	2	R\$ 1.684,33	R\$ 3.368,66
33	SERVIÇO DE REVISÃO DE 80.000 km DO FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX. SERVIÇO COM APLICAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS MÍNIMOS, REALIZADO POR CONCESSIONÁRIA DA FABRICANTE DO VEÍCULO, A FIM DE MANTER A GARANTIA DA VIATURA.	25216	UNI	2	R\$ 1.484,33	R\$ 2.968,66
34	SERVIÇO DE REVISÃO DE 90.000 km DA VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO FURGÃO / FURGÃO FIAT DOBLÔ 1.8 16V FLEX. SERVIÇO COM APLICAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS MÍNIMOS, REALIZADO POR CONCESSIONÁRIA DA FABRICANTE DO VEÍCULO, A FIM DE MANTER A GARANTIA DA VIATURA.	25216	UNI	2	R\$ 2.467,66	R\$ 4.935,32
	SERVIÇO DE REVISÃO DE 30.000 km DA VIATURA AMBULÂNCIA FORD F4000,					

35	SERVIÇO COM APLICAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS MÍNIMOS, REALIZADO POR CONCESSIONÁRIA DA FABRICANTE DO VEÍCULO, A FIM DE MANTER A GARANTIA DA VIATURA.	25216	UNI	2	R\$ 1.267,66	R\$ 2.535,32
36	SERVIÇO DE REVISÃO DE 40.000 km DA VIATURA AMBULÂNCIA FORD F4000, SERVIÇO COM APLICAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS MÍNIMOS, REALIZADO POR CONCESSIONÁRIA DA FABRICANTE DO VEÍCULO, A FIM DE MANTER A GARANTIA DA VIATURA.	25216	UNI	2	R\$ 1.684,33	R\$ 3.368,66
37	SERVIÇO DE REVISÃO DE 10.000 km DA VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: 26.280 CONSTELLATION. SERVIÇO COM APLICAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS MÍNIMOS, REALIZADO POR CONCESSIONÁRIA DA FABRICANTE DO VEÍCULO, A FIM DE MANTER A GARANTIA DA VIATURA.	25216	UNI	2	R\$ 2.401,00	R\$ 4.802,00
38	SERVIÇO DE REVISÃO DE 20.000 km DA VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: 26.280 CONSTELLATION. SERVIÇO COM APLICAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS MÍNIMOS, REALIZADO POR CONCESSIONÁRIA DA FABRICANTE DO VEÍCULO, A FIM DE MANTER A GARANTIA DA VIATURA.	25216	UNI	2	R\$ 1.484,33	R\$ 2.968,66
39	SERVIÇO DE REVISÃO DE 10.000 km DA VIATURA TRATOR NÃO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420. SERVIÇO COM APLICAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS MÍNIMOS, REALIZADO POR CONCESSIONÁRIA DA	25216	UNI	2	R\$ 1.684,33	R\$ 3.368,66

	FABRICANTE DO VEÍCULO, A FIM DE MANTER A GARANTIA DA VIATURA.					
40	SERVIÇO DE REVISÃO DE 20.000 km DA VIATURA TRATOR NÃO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420. SERVIÇO COM APLICAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS MÍNIMOS, REALIZADO POR CONCESSIONÁRIA DA FABRICANTE DO VEÍCULO, A FIM DE MANTER A GARANTIA DA VIATURA.	25216	UNI	2	R\$ 2.467,66	R\$ 4.935,32
41	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO INTERNA E EXTERNA DE REBOQUES DE 1.500 LITROS DE ÁGUA E DE COMBUSTÍVEL INCLUINDO SEUS ACESSÓRIOS E PARTE ELÉTRICA DE ILUMINAÇÃO E ENGATES	3565	UNI	10	R\$ 2.634,33	R\$ 26.343,30
42	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE TANQUE INTERNO DE CAMINHÃO DE 15 MIL LITROS DE COMBUSTÍVEL MODELO FORD CARGO 2629 EM EMPRESA ESPECIALIZADA, RETIRADA DE FERRUGENS DE ACORDO COM AS NORMAS EM VIGOR	3565	UNI	05	R\$ 2.634,33	R\$ 13.171,65
43	SERVIÇO DE TESTES REGULAGEM E CORREÇÃO DO SISTEMA PNEUMATICO E HIDRAULICO VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO GUINDASTE / MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: 26.280 CONSTELLATION ; VIATURA PLATAFORMA SOCORRO VOLKSWAGEN, VIATURA TRATOR NAO ESPECIALIZADO CAVALO MECANICO / MARCA: VOLKSWAGEN; MODELO: CONSTELLATION 19.420 e VIATURA SEMIRREBOQUE NÃO ESPECIALIZADO PLATAFORMA LEITO REBAIXADO / MARCA: JHV; MODELO: SEMIRREBOQUE LEITO REBAIXADO 3 EIXOS; CAPACIDADE: 45.000KG. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	12815	HORA	40	R\$ 351,00	R\$ 14.040,00

44	SERVIÇO DE TESTES REGULAGEM E CORREÇÃO DO SISTEMA PNEUMÁTICO (BEXIGÃO) VIATURA ÔNIBUS VW MARCOPOLO SEN MIDION. (Serviço em unidade de hora técnica trabalhada)	18210	HORA	40	R\$ 364,33	R\$ 14.573,20
TOTAL						R\$ 390.352,96

- 1.2. O objeto possui natureza de serviço comum, consistente na manutenção de viaturas do 30º Batalhão de Infantaria Mecanizado.”
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 05 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. O presente documento não possui em anexo histórico de consumo, tendo em vista que os serviços de manutenção de viaturas possuem caráter eventual e sob demanda, variando conforme o uso e as condições operacionais da frota. Dessa forma, os quantitativos estimados foram definidos com a base em levantamento técnico de frota existente.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 e 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução encontra-se integralmente pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A Contratada deverá possuir instalações, equipamentos e materiais localizados a uma distância máxima de 35 quilômetros da sede do batalhão. Os serviços serão prestados no endereço da Contratada, para tanto a mesma deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.4. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que seja misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.5. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, por meio de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.6. Exclusivamente, quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

4.7. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.8. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

4.9. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam conforme as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H2402;

4.10. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

4.11. A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático anti transbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

4.12. Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

4.13. Do prestador de serviços de reparação de aparelhos de refrigeração, bem como aquele que recolhe ou recicla substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), será exigido o registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

4.14. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida em qualquer tempo.

Subcontratação

4.15. Não será permitida a subcontratação total.

4.16. Será permitida a subcontratação pela CONTRATADA dos seguintes serviços descritos: serviços de funilaria; serviços de pintura automotiva; retífica de motores; retífica de regulagem de bomba injetora; serviços de usinagem /soldagem e embuchamento e diálise de óleos lubrificantes

4.17. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.19. A avaliação prévia dos veículos a serem realizados os serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 08 horas às 17 horas e às sextas-feiras das 08 horas às 12 horas.

4.20. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.21. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento dos veículos, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2. A partir da assinatura do contrato, os serviços poderão ser solicitados com antecedência mínima de 24 horas;

5.3. Será feita a nota de empenho dos serviços requeridos pela Contratante, e depois a mesma será enviada para a Contratada via e-mail, para ser possível o agendamento do serviço. O serviço será realizado em etapa única pela Contratada e após o seu término passará por um especialista em manutenção de viatura da Administração para dar o recebimento definitivo. Após esses procedimentos a Contratada poderá emitir a Nota Fiscal para ser realizado o pagamento,

5.4. O serviço será realizado no estabelecimento da Contratada, durante o horário comercial da região onde está situada

5.5. Os serviços serão solicitados consoante a necessidade da administração dentro do prazo de validade do contrato.

5.6. Os procedimentos de manutenção devem seguir conforme os manuais de manutenção de cada veículo, respeitando as peculiaridades das fabricantes. Os materiais e tecnologias utilizadas devem sempre ter relação de funcionalidade direta com o tipo de serviço prestado, sendo proibida improvisações.

5.7. Os serviços deverão ser realizados por profissionais qualificados e especializados na atividade a que se destinam. Diariamente, quando necessário, a Contratada precisa dar um parecer sobre a situação do veículo, quando este passar mais de um dia em seu estabelecimento. Sempre que possível, dar prioridade na manutenção do veículo para que o mesmo seja utilizado pela Contratante o mais breve possível.

5.8. Após o recebimento de veículo para serem feitas as manutenções cabíveis, a Contratada deverá concluir os serviços em até 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis, em caráter excepcional e mediante justificativa aceita pela Administração.

Materiais a serem disponibilizados

5.9. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.10. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

a. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da vigência da ata.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese no qual a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022)

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3 O pagamento será realizado exclusivamente pelo número de horas técnicas efetivamente trabalhadas, conforme registrado no IMR e atestado pela fiscalização.

Do recebimento

7.4 Não será permitido qualquer repasse, cobrança ou inclusão de valores referentes a peças, fluidos, componentes ou materiais de reposição.

7.5. Os serviços executados serão objeto de verificação e atesto pelos fiscais técnico e administrativo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante a elaboração de termos detalhados que comprovem o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, conforme disposto no art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133 /2021, e nos arts. 22, inciso X, e 23, inciso X, do Decreto nº 11.246/2022.

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.10.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.10.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.10.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.18.1. o prazo de validade;

7.18.2. a data da emissão;

7.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.18.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.18.5. o valor a pagar; e

7.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável

7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.32. A presente licitação não aceita antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.34. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante. 34.1. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento

pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Poderão ser aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e /ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será por empreitada integral dos serviços.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples, ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples, ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade;

9.30. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.34. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.34.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão

domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.34.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.34.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.34.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.34.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.34.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

9.34.1.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 390.352,96 (trezentos e noventa mil, trezentos e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos), conforme custos unitários dispostos na tabela acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

13.1 Não se faz necessário

14. ANEXO II

14.1 Não se faz necessário

15. Obrigações do Contratante

15.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para ser substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

15.1 São obrigações do Contratante:

15.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, conforme o Termo de Referência e seus anexos;

15.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para ser substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

15.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo;

15.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

15.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

15.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

15.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.2 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.2.1 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 dias.

15.3 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.3.1 Comunicar o Contratado na hipótese de alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3.2 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

15.3.3 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento

15.4 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

15.5 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

15.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. Obrigações do Contratado

16.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.2 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

16.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

16.3.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados:

16.3.2 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

16.3.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.3.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, conforme o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.3.5 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

16.3.6 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal, ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

16.4 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

16.5 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

16.6 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio, ou sede do Contratado;

16.7 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

16.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

16.8.1 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio 12.10 Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

16.8.2 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

16.8.3 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

16.8.4 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada conforme a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.8.5 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

16.8.6 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

16.8.7 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

16.8.8 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

16.8.9 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

16.8.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, observada a legislação;

16.8.11 Não submeter o menor de dezoito anos à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

16.8.12 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

16.8.13 Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

16.8.14 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

16.8.15 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

16.8.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

16.8.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

16.8.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

16.9 Quando necessário, por intermédio de solicitação, a contratada deverá prestar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local (BR-376, KM 245 - Vila São Francisco, Apucarana - PR, 86813-240;

16.9.1 O técnico deverá se deslocar ao local da repartição nas situações em que não seja viável o transporte do material a ser mantido

16.10 Para os serviços prestados no interior da Organização Militar.

16.10.1 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

16.10.2 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

16.10.3 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

16.10.4 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

16.10.5 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

16.10.6 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

16.10.7 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

16.10.8 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante

16.10.9 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não sejam danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO SPERANDIO

Presidente da equipe de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 11:53:59.

GUILHERME EDUARDO DE OLIVEIRA FREITAS

Membro da comissão de contratação